

---

## AGRICULTURA AGROECOLÓGICA NO OESTE DO PARANÁ: O PAPEL DO EXTENSIONISTA, ENTIDADES DE ATER E AGRICULTORES

Agroecological agriculture in the west of paraná: the role of the extensionist, aterial entities and farmers

Culture agroecologique de l'ouest Paraná: rôle des entités extensionnistes, après agricoles

Rodrigo Novakoski\*  
Daniela Garcez Wives\*\*

\* Mestre em Desenvolvimento Rural (PGDR) pela UFRGS  
– rodrigo.novakoski@hotmail.com

\*\* Doutora pela Faculdade de Ciências Econômicas (UFRGS)  
– garcezd@gmail.com

Recebido em 02/10/2019. Aceito para publicação em 06/01/2020.  
Versão online publicada em 09/03/2020 (<http://seer.ufrgs.br/paraonde>)

---

### Resumo:

Como objetivo central pesquisou-se as vivências, dificuldades e os elementos que motivam a agricultura agroecológica na região Oeste do Paraná. A metodologia empregada foi qualitativa e quantitativa, foram entrevistados 3 entidades de ATER: BIOLABORE, CAPA e EMATER; 6 extensionistas e 27 agricultores certificados e em transição para a certificação de diferentes municípios pertencentes a região oeste paranaense. Os resultados mais relevantes demonstram que a agricultura agroecológica da região é dependente de políticas públicas e contratos com órgãos governamentais, especialmente a hidrelétrica Itaipu Binacional e contratos com prefeituras. As análises demonstraram que, agricultores, extensionistas e entidades atuam para além de seus aspectos prático/teóricos, trazendo a subjetividade como um elo importante para manterem-se como atores ativos nas práticas agroecológicas, por tratar-se antes de tudo, um “projeto de vida”, um respeito para com o próximo, por não poluir/contaminar e por levar alimentos saudáveis aos consumidores.

**Palavras-chave:** agricultura agroecológica. ATER. Políticas públicas. Paraná.

### Abstract:

The central objective was to study the experiences, difficulties and the elements that motivate agroecological agriculture in the western region of Paraná. A qualitative and quantitative approach was adopted, where three ATER entities were interviewed: BIOLABORE, CAPA and EMATER; 6 extensionists and 27 farmers certified and in transition for the certification of different municipalities belonging to the western region of Paraná. The most relevant results of this research demonstrate that the agroecological agriculture of the region is dependent on public policies and contracts with government agencies, especially the Itaipu Binacional hydroelectric plant and contracts with municipalities. The analyzes showed that farmers, extensionists and entities act beyond their practical-theoretical aspects, bringing subjectivity as an important link to maintain themselves as active actors in agroecological practices, since it

is first and foremost a " project of life, "a respect for one's neighbor, for not polluting contaminating and for bringing healthy food to consumers.

**Key-words:** agroecological agriculture. ATER. Public policy. Paraná.

#### **Résumé:**

Les expériences, les difficultés et les éléments qui ont motivé l'agriculture agroécologique dans la région occidentale de Paraná ont été recherchés comme objectif central. La méthodologie employée était qualitative et quantitative et trois entités ATER ont été interrogées: BIOLABORE, CAPA et EMATER; 6 vulgarisateurs et 27 agriculteurs certifiés et en transition pour la certification de différentes municipalités de la région de Paraná est. Les résultats les plus pertinents montrent que l'agriculture agroécologique de la région dépend des politiques publiques et des contrats passés avec les agences gouvernementales, en particulier la centrale hydroélectrique d'Itaipu Binacional et des contrats sur l'exploitation. Les analyses ont montré que les agriculteurs, les vulgarisateurs et les entités agissaient au-delà de leurs aspects pratiques théoriques, faisant de la subjectivité un lien important pour rester des acteurs actifs dans les pratiques agroécologiques, car il s'agissait essentiellement d'un «projet à terme». , le respect des autres, de ne pas polluer contaminer et d'apporter des aliments sains aux consommateurs.

**Mots-clés:** agriculture agroécologique. Ater. Politiques publiques. Paraná.

## **1. Introdução**

Entre 10.000 e 5.000 anos antes da atualidade, algumas sociedades neolíticas começaram a cultivar plantas e criar animais em cativeiro, tornando-se sociedades socio-produtivas, que modificavam a natureza ao seu redor, diferente das anteriores, caçadoras – coletoras. Esta passagem da agricultura, foi considerada a “primeira revolução que transformou a economia humana” (MOZOYER E ROUDART, 1998).

Para os Guarani, que habitam regiões do Estado de São Paulo, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e o Rio Grande do Sul, a agricultura tem vínculo intrínseco com a espiritualidade. O calendário agrícola, também representa o calendário religioso. Os Guarani manejavam as florestas, com roçadas realizadas em maio, derrubada da mata de maio a junho, a queimada em agosto e de agosto a setembro o plantio. Cultivavam milho, mandioca, feijão, tabaco, urucum, amendoim, entre outros (SCHADEM, 1954).

Com a chegada de colonizadores europeus ao Brasil, indígenas sofreram com a violência e morte por doenças contagiosas. Este fator, facilitou a ocupação do território indígena, por colônias, que além do território, apropriaram-se também da cultura alimentar e da agricultura, produzindo os alimentos que as nações indígenas já haviam domesticado, bem como introduzindo novas espécies, como a cana de açúcar, soja, trigo, entre outras, que transformaram o campo e a economia brasileira. A região foco deste trabalho é o oeste do Paraná, cujo a trajetória é a mesma do território nacional, onde as terras, antes do povo Guarani, agora servem, predominantemente ao agronegócio, com a mais “alta tecnologia” aplicada, segundo os manuais técnicos de manejo e produção disseminados pelas empresas do setor.

Além da colonização (e suas contradições), as condições edafoclimáticas, fizeram da região oeste do Paraná, referência no agronegócio. Com altos índices de produtividades e organizando-se através de um modelo cooperativista, voltado ao agronegócio (AGUILAR, et. al, 2018). No entanto, apesar do crescimento apresentado, a implantação da agricultura agroquímica na região oeste do Paraná, trouxe consequências severas aos agroecossistemas e à saúde de produtores e agricultores. Estudos relatam fortes indícios da relação entre agrotóxicos e câncer na região. Tal fato é relatado por Nege, et. al. (2016), ao entrevistar 162 pacientes diagnosticado com câncer na região oeste do Paraná, e verificar que 50% deles relatavam ter contatos com agrotóxicos. Entretanto o Paraná é o estado com o maior número de agricultores agroecológicos certificados no Brasil (MAPA, 2019). Muitos deles localizam-se no oeste do Paraná, que, de um lado adota a plenitude das técnicas agroquímicas na agricultura e, de outro, apresenta uma realidade singular, pela presença do apoio da Itaipu Binacional na promoção de ATER na agricultura agroecológica. Essas condições, aliadas às convicções pessoais e às políticas públicas, podem ter favorecido a adesão à agricultura agroecológica. Assim como o interesse de agricultores, há o envolvimento de entidades de ATER e extensionistas em campo para que este trabalho com a agricultura agroecológica seja desenvolvido.

Diante de todos os problemas gerados pelo modelo agrícola dominante, a agroecologia começa a ser discutida e construída com base em um novo paradigma de agricultura e desenvolvimento rural sustentável. Para isso, a construção de um novo modelo deve respeitar toda a complexidade dos sistemas, considerando a inter-relação entre atores de desenvolvimento (técnicos e agricultores) em conjunto com elementos da natureza. Conhecer os fatores dessa diversidade social, ecológica e cultural, tem se constituído como um campo de reconhecimento para o desenvolvimento de uma ação adequada. Assim, a agroecologia almeja um desenvolvimento em harmonia entre natureza e sociedade (homem), colocando esse desafio para a extensão rural com vistas à transição agroecológica.

A ATER, hoje, está minimamente conseguindo contornar algumas das suas problemáticas por meio do trabalho de reflexão dos impactos causados pela forma de sua inserção no país, somado às políticas públicas de desenvolvimento rural. A mudança de paradigma torna-se necessária para romper com o modelo de serviço excludente e voltado às perspectivas de desenvolvimento do agronegócio.

Os serviços de ATER no Brasil se consolidaram em meados dos anos sessenta/setenta, impulsionados pelo desenvolvimento da Revolução Verde, que preconizava uma agricultura baseada na máxima artificialização dos sistemas produtivos, por meio do uso de sementes de alto rendimento e da intensificação do uso dos agroquímicos. Nos anos oitenta ocorre uma reorientação dos serviços de ATER, passando a privilegiar a assistência à agricultura familiar, porém, com orientação técnica e metodológica marcada pelos paradigmas da revolução verde que continuava sendo o pensamento dominante nas concepções do desenvolvimento rural. Ainda nessa década, inicia-se um movimento de cientistas, técnicos, estudantes de ciências agrárias

e alguns agricultores que questionavam os modelos da revolução verde e propunham um novo modelo de produção, conhecido como “agricultura alternativa”. Essa tendência se preocupava mais em reduzir a dependência dos agricultores familiares do mercado de insumos químicos e sementes melhoradas e dos financiamentos bancários, ao mesmo tempo em que aumentava a produção total das propriedades. (WEID, 2011).

Partindo de um cenário de crise do modelo de desenvolvimento rural dominante, caracterizado por inúmeros prejuízos ambientais e pela exclusão social, ao longo do século XX, a Agroecologia vem se estabelecendo como um novo campo de saberes e técnicas para a construção do paradigma de desenvolvimento rural sustentável. Sendo assim, destaca-se a importância de discussões para a elaboração de uma nova Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), a qual definiu alguns princípios reguladores que servem como referência para uma extensão rural com orientação agroecológica:

Assegurar, com exclusividade aos agricultores familiares, assentados por programas de reforma agrária, extrativistas, ribeirinhos, indígenas, quilombolas, pescadores artesanais e aquicultores, povos da floresta, seringueiros, e outros públicos definidos como beneficiários dos programas do MDA/SAF, o acesso a serviço de assistência técnica e extensão rural pública, gratuita, de qualidade e em quantidade suficiente, visando o fortalecimento da agricultura familiar; contribuir para a promoção do desenvolvimento rural sustentável, com ênfase em processos de desenvolvimento endógeno, apoiando os agricultores familiares e demais públicos descritos anteriormente, na potencialização do uso sustentável dos recursos naturais; adotar uma abordagem multidisciplinar e interdisciplinar, estimulando a adoção de novos enfoques metodológicos participativos e de um paradigma tecnológico baseado nos princípios da Agroecologia; estabelecer um modo de gestão capaz de democratizar as decisões, contribuir para a construção da cidadania e facilitar o processo de controle social no planejamento, monitoramento e avaliação das atividades, de maneira a permitir a análise e melhoria no andamento das ações; desenvolver processos educativos permanentes e continuados, a partir de um enfoque dialético, humanista e construtivista, visando à formação de competências, mudanças de atitudes e procedimentos dos atores sociais, que potencializem os objetivos de melhoria da qualidade de vida e de promoção do desenvolvimento rural sustentável. (BRASIL, 2004, p. 7).

Dentre essas iniciativas, tem-se o novo Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica<sup>1</sup> (PLANAPO), que surge a partir da Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), por meio do decreto nº 7.794, de 20 de agosto de 2012, o qual firmou o compromisso do governo federal em “integrar, articular e adequar políticas, programas e ações indutores da transição agroecológica, da produção orgânica e de base agroecológica”.

---

<sup>1</sup> O Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO) é uma política pública do Governo Federal criada para ampliar e efetivar ações para orientar o desenvolvimento rural sustentável. Para saber mais: <http://portal.mda.gov.br/portal/institucional/planapo>. Colocar a data da consulta.

Dentro dessa lógica, evidencia-se que existem, pelo menos, dois caminhos a serem seguidos. Conforme apontado por Caporal (2003), um deles se baseia no otimismo tecnológico e sugere mudanças via “intensificação verde”. Essa corrente ocorre no mundo das lavouras e criações como sendo uma “nova revolução verde”, com prevalência de grandes monoculturas e uso de transgênicos e agroquímicos, modelo que visa apenas reafirmar o modelo convencional utilizado atualmente. O autor afirma que o outro caminho está alicerçado no enfoque científico da Agroecologia, que deve ser adotado como eixo central nas práticas extensionistas da ATER. Neste, é defendido que o desenvolvimento rural deve atender também a outros requisitos para ser sustentável, não apenas o aumento de produção e de produtividade agrícola. Entre esses requisitos, é possível destacar: equidade e inclusão social, estabilidade da produção e sustentabilidade ambiental.

Na ascensão dessa abordagem, devemos considerar que os agricultores familiares agroecologistas, ou em processo de transição agroecológica, possuem concepções e conhecimentos ancestrais quanto aos usos, valores e manejo de um agroecossistema. Essas concepções variam desde aspectos ecológicos, culturais e sociais, norteados pelas distintas necessidades e interesses de cada um, entendendo que os agricultores familiares percebem a agroecologia como oportunidade de geração de vida e do bem viver, a partir da relação homem-natureza-agricultura, ao passo em que se torna uma estratégia importante de reprodução social.

Assim, partindo do exposto até aqui, este trabalho se propõe a indagar se as estratégias utilizadas pelos extensionistas da ATER pública e privada do oeste paranaense estão em sintonia com a perspectiva da agricultura agroecológica. Neste sentido, o objetivo geral desta pesquisa é analisar o papel do extensionista na promoção da agricultura agroecológica na região oeste do Paraná. Assim, foram elencados as diferentes percepções da agricultura agroecológica, partindo da análise de vivências de agricultores, extensionistas e instituições públicas/privadas de ATER, que prestam serviços de promoção à agricultura agroecológica.

Os métodos utilizados nesta pesquisa estão fundamentados nas abordagens quantitativas e qualitativas, visto que a problemática da pesquisa e os objetivos traçados exigiram a exploração e o tratamento de dados numéricos, bem como a coleta e a interpretação de dados de caráter qualitativo.

Sendo assim, a pesquisa qualitativa busca compreender aspectos de ordem subjetiva que permeiam os públicos a serem estudados quanto à relação que estabelecem com a agricultura agroecológica. De acordo com:

[...] a pesquisa qualitativa trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2004, p. 21-22).

Por outro lado, a abordagem quantitativa, desenvolvida por meio de ferramentas de estatística descritiva, é utilizada para o tratamento de dados numéricos a partir de um instrumental específico, com a exploração de dados e



informações, consistindo em um método objetivo (RICHARDSON, 2009).

A primeira etapa da realização desse estudo foi a obtenção de informações e a coleta de dados secundários com base no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), para a delimitação da área de estudo. O principal critério para a delimitação e a escolha dos municípios pesquisados foi o número de agricultores certificados, limitando-se aos cinco municípios com maior número de certificados, são eles: Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Pato Bragado e São Miguel do Iguçu.

No total, foram entrevistados vinte e sete agricultores certificados ou em processo de transição. Também foram realizadas seis entrevistas com extensionistas que trabalham nos municípios delimitados pela pesquisa. Além disso, foram entrevistados os representantes legais ou técnicos mais antigos (no caso da EMATER) de instituições de ATER envolvidas no processo do desenvolvimento da agricultura agroecológica da região, ou seja, CAPA, BIOLABORE e EMATER.

## **2. Desenvolvimento**

Nesta seção serão apresentados os resultados deste trabalho. Apresentaremos um mapeamento das entidades de ATER e a caracterização da extensão, além da visão dos extensionistas ligados às entidades. Na sequência, serão caracterizados os agricultores e, por fim, apresentada uma análise mais pormenorizada sobre como se constrói a relação entre agricultor, extensionista e entidade de ATER, no âmbito da agroecologia no oeste paranaense.

### **2.1 Agroecologia: ATER e extensão no estado do Paraná**

No oeste do Paraná, a predominância de ações em assistência técnica na agricultura agroecológica ocorre por meio de entidades não governamentais, de entidades privadas e da EMATER local (embora a agricultura agroecológica não seja seu objetivo prioritário). Dentre essas empresas, citamos a Cooperativa de Trabalho e Assistência Técnica do Paraná (BIOLABORE), o Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA) e a Agência de Desenvolvimento Regional do Extremo Oeste do Paraná (ADEOP) (que no momento desta pesquisa estava inoperante). Outras entidades também atuam na região, mas não com ATER efetiva, como o Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR), a Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), e as cooperativas/associações de agricultores orgânicos/agroecológicos.

A partir disso, é importante destacar que as entidades pesquisadas surgiram com diferentes propósitos, na solução de demandas apresentadas conforme o período de criação de cada uma delas. Contextos históricos serviram de interferência neste processo, como a Revolução Verde, o êxodo rural, o endividamento de agricultores, a contaminação e a intoxicação por agroquímicos, a dificuldade de sucessão familiar e a opção de ofertar ATER em atividades agrícolas menos agressivas ao meio ambiente.

Dessa maneira, observa-se que a EMATER surge da ação do Estado, ou seja, do poder público, numa estratégia de implementação de tecnologias estrangeiras, inseridas na prática político-econômica do momento, responsáveis pela disseminação da Revolução Verde na década de 1970. (PEIXOTO, 2008). Contrariamente, o CAPA foi criado justamente para amenizar as consequências da implantação da Revolução Verde no sul do Brasil, através do apoio à agricultura agroecológica. (CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA, 2019). Por sua vez, a BIOLABORE surge como resultado de uma demanda de assessoria especializada em agricultura agroecológica, fortemente marcada pela realidade local, com o apoio da Itaipu Binacional, ao criar o “Programa Cultivando Água Boa.” (ITAIPU BINACIONAL, 2019). O interesse político em promover a ATER com foco na sustentabilidade, pensando na gestão e na produção agroecológica, também é um fator de influência para o surgimento de entidades prestadoras de serviço de ATER com essas características.

De acordo com o representante entrevistado para este trabalho, a BIOLABORE surgiu dentro da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Acadêmicos que participavam de projetos de pesquisa em extensão rural, dos cursos de Agronomia e Zootecnia, vinculados a projetos da Hidrelétrica Itaipu Binacional, reuniram-se com a proposta de criar uma cooperativa de assistência técnica para trabalhar dentro do Programa Cultivando Água Boa. O Programa Cultivando Água Boa atuava a partir do conceito de bacias hidrográficas, na Bacia do Paraná 3, com 54 municípios, sendo um deles do Mato Grosso do Sul. (ITAIPU BINACIONAL, 2019). Assim, as pessoas que trabalhavam nos projetos de extensão rural se tornaram sócias da cooperativa.

A BIOLABORE (2019) tem como missão desenvolver um serviço técnico de qualidade e um produto para o desenvolvimento sustentável. Como objetivo, a cooperativa destaca a assistência técnica, a qualidade e o desenvolvimento rural sustentável, não apenas na produção, mas também no meio ambiente e na promoção da agroecologia.

Com relação ao Centro de Apoio e Promoção da Agroecologia (CAPA), a entidade foi criada em 1978, no estado do Rio Grande do Sul, por iniciativa da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil (IECLB), preocupada com problemas sociais vivenciados no Rio Grande do Sul, na década de 1970. Agricultores buscavam colonizar novas regiões (inicialmente o Paraná, em seguida o Mato Grosso e o Mato Grosso do Sul), o que motivou o CAPA a buscar alternativas para manter agricultores no campo. Após ser criado o CAPA no Rio Grande do Sul, também se fundaram outras duas unidades, desta vez, no Paraná. Em Marechal Cândido Rondon, o CAPA iniciou suas atividades em 1997, fomentado pelo histórico envolvimento da IECLB com questões históricas, dentre elas dar apoio às famílias atingidas pela barragem da Itaipu e o trabalho da Pastoral Popular Luterana (PPL).

O CAPA tem como missão, o compromisso de não se conformar com injustiças sociais e agressões à natureza, por isso coloca-se à disposição de agricultores familiares para que, a partir da agroecologia e da cooperação,

desenvolvam experiências de produção, beneficiamento, industrialização e comercialização, de formação e capacitação, de saúde comunitária, sinalizando que o meio rural pode ser um espaço de vida saudável e de realização econômica. (CAPA, 2019).

A ATER pública no estado do Paraná, a EMATER. Iniciou seus trabalhos na década de 1950, acompanhando o processo de colonização. Em 1956, a entidade contava com onze postos, do então chamado Escritório Técnico de Agricultura (ETA), os quais aplicavam propósitos e métodos espelhados no sistema de extensão implantado nos Estados Unidos da América. Parte dessa metodologia incluía o “crédito rural”, trazendo uma nova postura para os extensionistas, que passaram a ser designados para fornecer orientações técnicas a quem aderisse aos financiamentos. A partir daí, em 1959, as funções do ETA foram assumidas por uma organização de utilidade pública denominada Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná (ACARPA). (INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2019). Na região oeste, a EMATER desempenhou também este papel, conforme ficou evidenciado na entrevista: “A EMATER, historicamente, teve um papel aqui na região, preponderante na modernização da agricultura, desse projeto de soja e do pacote químico em geral, a EMATER foi pioneira nas décadas de 1970, 1980.”

Como missão, a EMATER alega que busca promover o Desenvolvimento Rural Sustentável, coordenando, articulando e executando a ATER em benefício da sociedade paranaense. E como visão, pretende ser reconhecida pela sociedade como referência em ATER e essencial para o desenvolvimento do Paraná. (INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL, 2019).

Com relação ao espaço de atuação destas entidades, atualmente a BIOLABORE e o CAPA, 2.178 famílias são atendidas no oeste do Paraná, distribuídas em 31 municípios da região oeste paranaense e, ainda, o município de Mundo Novo, no estado de Mato Grosso do Sul, por ser pertencente à Bacia do Paraná 3 (BP3) (MATTIA, 2017). Segundo a ITAIPU (2019), os municípios da BP3 são alvos de trabalhos da Hidrelétrica, que investe em projetos de proteção ambiental, dentre eles, projetos de ATER, executados pela BIOLABORE e pelo CAPA. Quanto à EMATER, existe um escritório em cada município da região, sem um número específico de famílias a serem atendidas, pois a entidade está à disposição de quem tiver interesse.

No momento da pesquisa, a BIOLABORE contava com vinte e seis técnicos em campo, o CAPA com dezessete. A EMATER não respondeu a esse questionamento, por conta da amplitude da entidade no estado.

a. Ações, projetos e dificuldades enfrentadas por entidades de ATER

Tanto a BIOLABORE quanto o CAPA possuem contratos de trabalho com a Itaipu Binacional. A BIOLABORE fixa parcerias com a Itaipu desde 2008, até o presente momento, o último contrato foi assinado no segundo semestre de 2018, com ampliação do quadro funcional e de municípios atendidos, iniciando



os trabalhos em dezembro de 2018 (BIOLABORE, 2018). Segundo relatos das entrevistas, o contrato com a Itaipu é: “O mais abrangente, os outros foram para somar ou buscar novos produtores.”

A BIOLABORE também possui contratos com prefeituras, e eventualmente firma parcerias com o SEBRAE. A cooperativa já executou projetos com o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário; também presta assessoria em gestão de cooperativas, serviços privados (a agricultores), através de seus sócios, utilizando-se da pessoa jurídica.

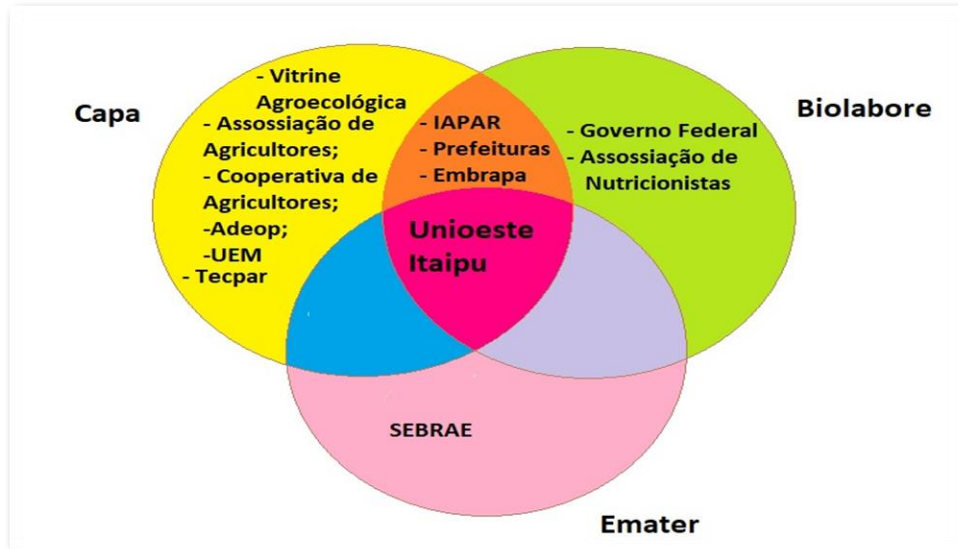
O CAPA, também possui parceria com a Itaipu, conforme relata o entrevistado: “Buscamos como forma de ação, a atuação com parcerias, como universidades, prefeituras, Itaipu... a Itaipu representa 70% dos recursos.”

Outras parcerias também compõem os projetos do CAPA, como a ajuda financeira oriunda da Alemanha, através da IECLB e do governo alemão, chamada de “cooperação internacional”; parcerias com prefeituras, que segundo o entrevistado, correspondem a 12% dos recursos da entidade.

Em 2014, houve concurso público para a contratação de novos técnicos para a EMATER – PR, os quais foram contratados em 2018. Este fato, como indica o entrevistado, pode “ajudar a retomar” as atividades mais amplas da entidade, que, até então, estão restritas por questões estruturais e de recursos humanos. Recentemente a EMATER tem firmado parcerias para manter sua atuação. Portanto, a entidade também passou a concorrer às chamadas públicas do Governo Federal.

As três entidades pesquisadas declararam ser parceiras entre si e alegaram que têm em comum, acordos com a UNIOESTE e com a Itaipu. Entretanto, cada uma delas possui outros projetos que, por vezes, são entidades em comum entre duas delas ou exclusividade de cada uma, conforme apresentaram nas entrevistas. A seguir, a Figura 1 ilustra como estão distribuídas as parcerias firmadas de cada entidade e a inter-relação entre as mesmas.

Figura 1 Interligação das entidades pesquisadas e respectivas parcerias firmadas



Fonte: Elaborado pelo autor, com base no trabalho de campo (2019)

Cada entidade possui um método específico para buscar os agricultores que serão assistidos. O CAPA procura indicações, como, por exemplo, da Secretaria da Agricultura ou de pessoas já vinculadas à ATER do CAPA, que sugerem outros agricultores interessados. Em seguida, através de reuniões, explica o trabalho a ser realizado, e os interessados podem convidar outros agricultores. A família/grupo (agricultor) faz a demanda do trabalho de preferência. O CAPA atua conforme a demanda da família, sem impor nada:

“Não atuamos apenas na ATER, mas também na formação de grupos, na agricultura familiar, assentamentos, indígenas... e vamos começar um trabalho com pescadores artesanais. Tentamos acompanhar a produção, a diversificação, o processo de transição e, no caso da rede Ecovida, como prioridade, a agregação de valor e comercialização de produto. Não compra nem vende nada, entidade sem fins lucrativos. Podemos até ser propositivos, alertando para produtos ou venda de produtos de boa aceitação, busca de renda mensal para agricultores (Entrevistado 2, realizado em 2018.)”

A BIOLABORE alega que cada município adota uma forma de seleção. Normalmente são os agricultores que já trabalham com algumas práticas agroecológicas, organizados em associações e cooperativas e que entregam alimentos para o PNAE. A EMATER regional justifica que, por consequência de chamadas públicas (vinculadas ao extinto MDA, voltadas para a produção de leite), muitas famílias foram recrutadas depois do fim da chamada, algumas famílias permaneceram.

Conforme já explanado anteriormente, evidencia-se que as entidades pesquisadas possuem dependência de políticas públicas para a execução e viabilidade de seus trabalhos, bem como para a promoção da agricultura agroecológica. Dentre estas políticas, é possível citar o financiamento da própria ATER por entidades governamentais (Ministérios, Prefeituras, Itaipu); o PNAE e o PAA, foram citados como relevantes. Segundo o agente entrevistado pela EMATER: “As políticas públicas precisam se moldar às demandas da sociedade, que determina o que querem consumir. Por isso o investimento na ATER em redução de custos de produção e na busca por técnicas de produção mais sustentáveis.”

Como principais dificuldades, as entidades relatam pontos de diversas ordens: Contratos temporários, fazendo com que surjam lacunas entre um contrato e outro, gerando instabilidades na permanência de profissionais e economia da entidade; a correlação de forças entre o agronegócio e a agricultura agroecológica na região dificulta a difusão das práticas sustentáveis; questões climáticas inconstantes atrapalham as tomadas de decisões sobre culturas favorecidas ou desfavorecidas pelo clima, pois a região é faixa de transição do clima tropical para o temperado; hábitos produtivos que desfavorecem a diversidade, os agricultores priorizam a produção de grãos e leite; contaminação da produção agroecológica (derivada de agrotóxicos) oriunda de lavouras vizinhas; dificuldades na sucessão familiar; falta da mão de obra e conseqüentemente, arrendamento da terra; a impossibilidade de contratar mão de obra externa, por uma questão de previdência social; por fim, pouco apoio dos municípios para o desenvolvimento da agricultura

agroecológica.

Perante o exposto, percebe-se que as entidades de ATER em agricultura agroecológica ainda precisam se consolidar. As políticas públicas existentes são frágeis para que as entidades possam se manter, para que os técnicos tenham estabilidade no trabalho e, por consequência, o trabalho em campo não saia prejudicado pela demora na formalização de novos contratos. A política pública que mais mobiliza a atividade da agricultura agroecológica é o PNAE, pois remunera melhor o agricultor que entrega o produto com certificado orgânico, fazendo com que produtores procurem este trabalho específico, na busca pela melhoria de sua renda. Por fim, a correlação de forças com o agronegócio na região representa um entrave poderoso para o avanço da agricultura agroecológica, uma vez que seus pacotes tecnológicos parecem ser mais efetivos e rápidos em seu modo de ação.

### 2.3 A atuação de extensionistas

Para este trabalho foram entrevistados seis técnicos que atuam na região oeste do Paraná, trabalhando com a agricultura agroecológica. Estes profissionais estão vinculados ao CAPA, à BIOLABORE e à EMATER. Os extensionistas atuam nos municípios de Cascavel, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Medianeira, Palotina, Pato Bragado e São Miguel do Iguaçu. São profissionais da Agronomia, Zootecnia, Tecnólogos em Agroecologia e Técnicos Agropecuários. Seu público-alvo são, prioritariamente, assentados da reforma agrária (no município de Cascavel e Lindoeste) e agricultores familiares (nos demais municípios).

No total, são atendidas 280 famílias pelos seis técnicos entrevistados. Com uma média de, aproximadamente, 46 famílias por técnico. Nem todos os atendidos são certificadas como agricultores orgânicos/agroecológicos. Alguns estão em transição para a certificação, outros apenas fazem práticas agroecológicas, mas também estão à disposição de agricultores convencionais. Estes dados estão expostos na Tabela 1:

Tabela 1 - Distribuição das famílias atendidas conforme o estágio de adesão à agricultura agroecológica

Município	Entidade	Famílias certificadas	Famílias em transição	Família com prática org.	Famílias conven.	Total
Cascavel	CAPA	7	7	17	52	83
Cascavel e Lindoeste	CAPA	7	12	35		54
Pato Bragado	BIOLABORE	3	4	23		30
São Miguel do Iguaçu e Medianeira	BIOLABORE	2	4	48		54
Marechal Cândido Rondon	EMATER			15		15
Palotina	BIOLABORE	8	2	34		44
<b>Total</b>		<b>27</b>	<b>29</b>	<b>172</b>	<b>52</b>	<b>280</b>

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados de campo (2019).

As famílias certificadas<sup>2</sup>, necessariamente, estão adequadas à legislação de produtos orgânicos e possuem certificado que comprove esse fato. São consideradas famílias em transição, aquelas que iniciaram um processo de certificação e estão adequando-se à legislação de produtos orgânicos, conforme a exigência legal, que varia de 12 a 18 meses, conforme a Instrução Normativa nº 46. (MAPA, 2011). Consideram-se famílias com práticas agroecológicas, as que, em algum momento, no manejo produtivo, adotam práticas permitidas na agricultura agroecológica como, por exemplo, a utilização da homeopatia, o uso de caldas, compostagens, entre outras. E por fim, consideram-se famílias convencionais, aquelas que não adotam nenhuma prática de agricultura agroecológica no manejo produtivo.

Destarte, na próxima subseção, retrata-se a opinião dos técnicos entrevistados a respeito do trabalho com a agricultura agroecológica, buscando compreender como eles a conceituam, como a veem e como lidam com o processo de transição, as relações envolvidas com o poder público e com as políticas públicas, bem como as relações com as condições de trabalho.

#### 2.4 O extensionista e a agricultura agroecológica

Num primeiro momento, buscou-se compreender os fatores que identificam a agricultura agroecológica para os técnicos entrevistados. Surgiram opiniões correlacionadas ao modo de pensar, de forma subjetiva, mas também opiniões práticas/teóricas/técnicas. Porém, foi unânime, entre os entrevistados, que a agricultura agroecológica vai além do senso comum “plantar sem veneno”. No Quadro 1 estão listadas as definições relatadas nas entrevistas, utilizando as palavras/termos mais marcantes:

Quadro 1 - Definições sobre agricultura agroecológica conforme opiniões subjetivas e/ou técnicas/teóricas

<b>Opiniões Subjetivas</b>	<b>Opiniões técnica/teóricas</b>
“É a vida, uma opção de vida ... muda tudo, para você e demais pessoas.”	“Não é algo estático, é dinâmico... todo ano muda o trabalho, muda a tecnologia e o conhecimento.”
“É viver bem, mais saudável... para si e para os outros.”	“Talvez a agroecologia não evolua quando ficamos retidos à questão ideológica, bater de frente com o agronegócio não ajuda... precisa mostrar que é eficiente, que muda a vida do agricultor... que diminui o custo de produção.”

<sup>2</sup> Famílias certificadas são aquelas que passam por auditorias para certificação, que pode ser participativa (agricultores que compõem a Rede Ecovida) ou auditada (que pode ser através de empresa privada certificadora ou através do Programa Paraná Mais Orgânico, do Governo do Estado do Paraná).

“Uma forma de vida ...uma visão diferente do processo de produção e vivências... engloba a relação com a natureza e as pessoas.”	“Não aprendi agroecologia na academia... fica a crítica para as Agrárias, todas as disciplinas deveriam também abordar o manejo agroecológico.”
“[...] De maneira que não se explora ninguém.”	“É uma forma de melhorar o sistema de produção e a nossa alimentação... principalmente para o PNAE, que alimenta crianças que têm todo o futuro pela frente.”
“Precisa ser uma meta de vida... vale o princípio, o que não quero para mim, não devo querer para os outros.”	“O que fazemos com o solo repercute em nossa saúde.”

Fonte: Elaborado pelo autor, com base nos dados de campo, (2019).

Percebe-se que para os técnicos entrevistados, o conceito de agricultura agroecológica vai muito além de conceitos técnicos e transdisciplinares, adotando também aspectos pessoais, íntimos de cada um, no sentido de como visualizam a própria existência.

## 2.5 Metodologia, ações, organização e condições de trabalho

Esta pesquisa buscou saber dos extensionistas como é a metodologia de trabalho, suas formas de organização e em que condições estão executando seu trabalho. Todas as famílias já recebiam assessoria técnica antes das entidades entrevistadas fornecerem seus serviços, através de diversos contratos firmados com entidades públicas e executados por alguma entidade de ATER. Esses contratos poderiam ser através do extinto MDA, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), Fundação Terra (assessoria a cooperativas), pela Itaipu, ou através de patrocínios como o da Petrobrás, por exemplo, o projeto Flora.

Dessa forma, cada projeto, convênio ou contrato, possui as suas normativas, objetivos e metas, que o extensionista/entidade deve executar. Estes projetos, convênios ou contratos não impõem, necessariamente, um método específico para a seleção das famílias a serem assessoradas. Pode acontecer através de reuniões em associações e cooperativas, por indicação de diretores das mesmas, pela demanda direta do agricultor (motivado por ataque de insetos e doenças, por dificuldades econômicas, intoxicação, etc.) e pela percepção de agricultores com aptidão para agricultura agroecológica. Mas, de maneira geral, estes projetos, convênios ou contratos direcionam o público alvo, dando ênfase para mulheres e jovens, ou mesmo, podem ser específicos, como para assentados, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, entre outros.

No entanto, segundo a experiência dos extensionistas entrevistados, a adesão à agricultura agroecológica não deve ser algo imposto à família. É correlacionado à questões subjetivas como estilo e projeto de vida, ou até mesmo materiais estruturais com o objetivo de melhorar a renda familiar. Esta



---

realidade fica clara na frase dita pelo profissional do município de Cascavel, que atende as famílias do Assentamento Valmir Mota, ao afirmar que “a agroecologia vem do coração, não adianta impor.”

Nesse contexto, o extensionista busca esclarecer que a agricultura agroecológica seja completamente compreendida pelo agricultor, de maneira que o mesmo também se entenda como parte do processo produtivo, pensando que esta atividade lhe confere mais do que um trabalho, uma renda, também lhe confere saúde e dignidade por produzir alimentos saudáveis, respeitando a natureza e os consumidores.

Sendo assim, as principais ações realizadas junto aos agricultores, relatadas pela ATER, vão do social ao ambiental, juntando teoria e prática. Os extensionistas têm focado na consolidação do comércio de produtos, na redução do consumo intermediário, no fortalecimento, na administração e na gestão de associações e cooperativas de agricultores, na atuação de políticas públicas, como o PNAE, no planejamento produtivo, na organização burocrática de documentos para certificação e na difusão de técnicas e tecnologias agroecológicas.

Além disso, a metodologia de visitas e atividades coletivas variou muito dentre os extensionistas entrevistados, conforme as exigências de seus contratos junto às entidades a que pertencem. As visitas e atividades coletivas podem ocorrer através da demanda do agricultor ou de associações ou cooperativas que o mesmo faça parte. Também podem ser estabelecidos critérios como as metas existentes nos contratos, a demanda sazonal de produção (frutas, hortaliças, grãos, cada uma em sua época), demanda do agricultor; visitas mais frequentes no início da transição e conforme o agricultor se apropria das técnicas, as visitas podem ser menos frequentes e visitas focadas à agricultores vinculados ao PNAE.

Segundo Coradin e Souza (2017), pesquisando extensionistas em ATER agroecológica nas regiões centro-sul e litoral do Paraná, questões relacionadas à precarização do trabalho foram vivenciadas pelos pesquisados. Neste caso, foram citados problemas de saúde por conta da preocupação com prazos para a realização das atividades, públicos, limites de infraestrutura, etc. indicando quadros de saúde estressantes. Como consequências, houve problemas de saúde física e mental nos técnicos, interferindo na qualidade das relações de comunicação e construção coletiva do conhecimento com os agricultores. Os extensionistas entrevistados para o desenvolvimento da presente pesquisa não relataram, explicitamente, problemas de saúde, de ordem física ou mental, ligados ao trabalho, como pôde ser observado na pesquisa de Coradin e Souza (2017).

Outro aspecto relevante é que a formação teórica e prática da equipe não segue regras pré-estabelecidas. Alguns profissionais consideram a troca de experiência entre colegas como um modo de formação. Aqueles ligados à Rede Ecovida e, portanto, ao CAPA, recebem capacitação mensal, nas próprias reuniões de grupos. Há também o envio de documentos, de forma digital, que facilita a troca de informações. Esse fato está presente no relato a seguir:

“Varia muito de quais são as práticas. Por exemplo, a formação de documentação da Rede Ecovida, que é importante, a gente faz reunião mensal. Quando tem novas documentações, a gente sempre faz formação também. A gente vai fazendo a formação com os produtores e vai passando para eles, a gente está sempre num processo de troca de experiência com os técnicos mesmo, que também é uma forma de aprendizado. (Entrevistado 6, entrevista realizado em 2018).”

Os demais extensionistas alegam que a formação é esporádica, a partir de demandas, ou encontros com entidades parceiras. No relato a seguir, fica exposto o caso das formações esporádicas:

“Elas são bem esporádicas. Dentro da própria equipe a gente já tentou fazer algumas trocas de experiências, mas nunca foram bem sucedidas, está todo mundo sempre com tanta pressa que não para. Mas são bem esporádicas, a gente sempre leva a demanda do que tem interesse, mas não é algo que aconteça com muita frequência (Entrevistado 1, entrevista realizado em 2018).”

Sobre isso, a pesquisa de Coradin e Souza (2017) aponta que na região centro-sul e litoral do Paraná, as formações e capacitações da equipe técnica, seja por meio de cursos, palestras, congressos, eventos rápidos e contínuos, ou por meio de cursos de pós-graduação e graduação, foi apontada como um dos principais elementos limitantes da potencialização da ação social de base agroecológica. Nesta pesquisa, apenas foi possível observar que alguns extensionistas estão contemplados com a capacitação recebida, e que outro grupo não está organizado para tal a contento, sem aprofundar a possível limitação que a falta de formação poderia acarretar.

Com todos esses relatos fica evidente a necessidade de parcerias para o desenvolvimento da agricultura agroecológica e que estas parcerias podem resultar em experiências exitosas. No entanto, com relação às condições de trabalho, ainda há que se avançar, para que os extensionistas sintam-se realizados com as atividades que desempenham.

## 2.6 Atuação de agricultores certificados ou em transição

Para este trabalho foram entrevistados agricultores familiares e agricultores assentados nos municípios de Cascavel, Marechal Cândido Rondon, Palotina, Pato Bragado e São Miguel do Iguçu, no oeste paranaense. A pesquisa com os agricultores buscou perceber como a agricultura agroecológica chega a estes atores, a partir das entidades de ATER, dos extensionistas e das demais entidades públicas, além da própria percepção dos agricultores sobre o processo.

Dos vinte e sete agricultores entrevistados, nove são assentados e dezoito são agricultores familiares. No total, somam-se 247,9 ha, com média de 9,1 ha/família, com área mínima de 0,5 ha (agricultor de Vila Rural) e área máxima de 35,9 ha. Das vinte e sete famílias, vinte e duas responderam à pergunta sobre se possuem outras propriedades, e todas alegaram não possuir outro imóvel rural. As famílias tiveram acesso à terra, num tempo médio de vinte anos atrás, e buscaram a agricultura agroecológica em média de dez anos

atrás.

Para que o agricultor seja reconhecido como pequeno produtor, é necessário que o mesmo tenha acesso à Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), documento emitido por entidades de ATER pública, como a EMATER ou por sindicatos de trabalhadores rurais. Para isso, é necessário que o agricultor apresente documentos comprobatórios de sua atividade e documentos de posse ou arrendamento da terra. Dos agricultores entrevistados, 96,3% possuem DAP, os demais ainda não tiveram acesso, pois como agricultores assentados, ainda não possuem o documento de concessão de uso da terra.

As empresas de ATER que prestam assessorias aos agricultores entrevistados são, prioritariamente o CAPA, a BIOLABORE e a EMATER, esta última é acessada em momentos pontuais. A maioria dos agricultores, 92,6%, recebe assessoria técnica, enquanto que 7,4% alega não ser atendido. Dos vinte e sete agricultores entrevistados, 70,4% são certificados e 29,6% estão em transição para certificação. 92,6% dos agricultores são certificados pela Rede Ecovida de certificação participativa, destes, um agricultor indicou ser certificado pela Rede Ecovida e pelo TECPAR<sup>3</sup> (auditoria por certificação pública). Já os demais, 7,4%, são certificados pela ECOCERT<sup>4</sup>, que realiza certificação por auditoria privada.

Os agricultores foram questionados sobre como tiveram acesso à agricultura agroecológica. As respostas foram variadas, sendo as seguintes: Através do grupo da rede (Ecovida); O agricultor procurou a entidade de ATER; Através do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Através de programas de governo; Através de cursos, onde o agricultor entrou em contato com o técnico; Ao filiar-se na associação, passou a receber assessoria; Quando começou a plantar grãos orgânicos, passou a ter assessoria; Através de convite da prefeitura; Via convênios (Itaipu, INCRA, Fundação Terra).

## 2.7 Agroecologia e transição – O ponto de vista dos agricultores

A percepção dos agricultores sobre o que entendem por agricultura agroecológica revela distintos caminhos. Entretanto, observou-se principalmente a ligação estabelecida com as questões de saúde, o respeito ao consumidor, uma postura/projeto de vida, o respeito ambiental, o retorno econômico, o ponto de vista religioso e uma missão de vida.

Em síntese, os agricultores definiram a agricultura agroecológica como um sistema de produção em que a relação do ser humano com o meio ambiente/natureza é respeitada. Destarte, a agroecologia é um sistema autossustentável da agricultura, uma técnica mais moderna, que “não usa veneno”, como pode ser aduzido na entrevista a seguir:

“O mundo está pedindo práticas menos agressivas; a retomada de conhecimento dos antepassados. Um trabalho sem agrotóxico. Uma continuidade do serviço do campo para o homem sobreviver no

<sup>3</sup> O TECPAR realiza certificação de produtos orgânicos, gratuitamente a agricultores, através do “Programa Paraná Mais Orgânico”. GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ (2019).

<sup>4</sup> A ECOCERT é um organismo de inspeção e certificação por auditoria privada.

campo. Produzindo o convencional não tinha retorno para viver no sítio... A possibilidade de viver apenas da terra, sem precisar trabalhar fora. O fato de dar uma lucratividade maior, por conta de se utilizar menos insumos. (Entrevistado Agr. 4, entrevista realizado em 2018).”

Nesta pesquisa, também se buscou conhecer como se deu o processo de transição da agricultura convencional para a agricultura agroecológica. Nesse sentido, foi consenso entre os entrevistados de que a transição se trata de um período delicado, que exige adaptação, resistência, educação e conscientização de agricultores e consumidores.

Para alguns produtores pode ter significado apenas uma troca de insumos, do químico sintético para insumos orgânicos, permitidos pela legislação. Porém, o processo de transição é motivado por vários fatores, inclusive, alguns ligados a crises na família, de ordem econômica e de saúde, até mesmo por questões subjetivas e influência de movimentos sociais ou programas, como o “Cultivando Água Boa”, da Itaipu, ou o incentivo da rede de ATER. Outro fator que motivou a transição está ligado às estratégias comerciais, como parar de fornecer produtos nas Centrais de Abastecimento (CEASA) e comercializar direto com o consumidor, a possibilidade em diversificar a produção e a demanda da sociedade por produtos saudáveis. Por fim, fatores como a influência de antepassados, a possibilidade de sucessão familiar e a não adaptação à ATER convencional também foram citados como motivos para a transição para a agricultura agroecológica.

A pesquisa demonstrou que 26% dos agricultores não usavam agrotóxicos antes de iniciarem a certificação de sua produção como agroecológica. Outros 14,8% não responderam a esta questão e os demais, 59,2%, indicaram que utilizavam agrotóxicos anteriormente. Como práticas alternativas, que ajudam a se manter na agricultura agroecológica, estão os cursos oferecidos pelas entidades de ATER para dominar técnicas como o feitiço de caldas, o uso da homeopatia, extratos vegetais, a fertilidade da terra e plantas, conhecimento ecológico sobre plantas que atraem e repelem insetos e armadilhas para insetos.

Outras práticas, adotadas pelos agricultores entrevistados, que são rotineiras numa produção agroecológica, foram a adubação verde, a rotação de culturas, as barreiras vegetais permanentes e temporárias, a utilização de sementes crioulas, a realização de podas, a utilização de produtos biológicos, como microrganismos eficientes, biofertilizantes, não revolver o solo, a indução da resistência das plantas, aprender a correção do solo através da “leitura” das plantas, o plantio direto e a ausência de queimadas.

Para o desenvolvimento da agricultura agroecológica na região oeste do Paraná, ficou clara a importância do envolvimento de diversas entidades. A entidade mais citada foi a Itaipu Binacional, seguida das prefeituras e do CAPA, da BIOLABORE, da EMATER, da Rede Ecovida e da UNIOESTE, da APROSMI e do MST, e do Cáritas, da Biorgânica, da Igreja Luterana, da ACEMPRE, do SICREDI, do Banco do Brasil e do Instituto Maytenus. Essa gama de entidades nomeadas, comprova que para o agricultor, a agricultura

agroecológica realmente necessita de apoio de entidades, que dependem de recurso público para o seu desenvolvimento na região oeste do Paraná. Percebe-se que, realmente, a Itaipu Binacional é reconhecida como a provedora das ações ligadas à agricultura agroecológica na região, uma vez que vem citada antes mesmo das entidades de ATER, as quais, por meio de seus extensionistas, estão em contato direto e cotidiano com os agricultores.

Esta pesquisa buscou entender, qual a visão do agricultor sobre a importância da assistência técnica e fundamentalmente o papel do extensionista no desenvolvimento da agricultura agroecológica nas propriedades estudadas: A seguir, é possível vislumbrar algumas citações colocadas sobre as funções da ATER e dos extensionistas que foram reconhecidas pelos agricultores: Trocar experiências e conhecimentos; Promover um sistema de produção sustentável; Fazer visita de rotina e solucionar problemas (orientação técnica); Realizar cursos e reuniões; Ser interlocutor do processo de produção; Organizar a produção, a comercialização e agregar valores aos produtos; Trazer agricultores convencionais para a agricultura agroecológica; Realizar projetos de acesso ao crédito; Abrir novos horizontes; Motivar o agricultor; Ajudar no planejamento e traçar metas; Auxiliar em toda a cadeia produtiva; Trazer sementes.

Percebe-se, a partir dessa lista, que os agricultores remetem à extensão uma gama de responsabilidades para que o desenvolvimento da agricultura agroecológica seja possível. Não é esperado do extensionista apenas orientações a respeito da produção e solução de problemas ligados à produtividade. Também é considerada como função do extensionista, e, por consequência, da ATER, toda a articulação de comercialização, agregação de valores, visualização de oportunidades, busca por crédito e atrair mais agricultores interessados em fazer agricultura agroecológica. Entende-se, portanto, que todas essas responsabilidades não estão apenas na pessoa do extensionista a campo, mas também nas entidades e nas parcerias reconhecidas neste trabalho.

### **3. Considerações Finais**

Com relação às entidades de ATER e os extensionistas, ressalta-se as mesmos estão focados em suas missões e objetivos de desenvolver agricultura agroecológica, uma vez que vêm se mantendo na atividade apesar das dificuldades relacionadas aos contratos. A pesquisa demonstrou que a atividade econômica das entidades depende fundamentalmente de políticas públicas e da relação com o Estado. Os contratos temporários, que sofrem brechas longas de tempo para renovação, significam períodos críticos para a viabilidade de entidades não ligadas ao Estado. Ficou evidente no entanto que as entidades reconhecem que existe uma desproporção na correlação de forças com o agronegócio para que o desenvolvimento da agricultura agroecológica aconteça de maneira mais efetiva. E ainda, acreditam que poderiam avançar mais caso houvesse maior envolvimento de forças políticas locais, das prefeituras, neste sentido, para além do que já é feito. Os agricultores demonstram ter clareza dos limites da atividade, listando fatores



em diversos níveis, como legislação, relações governamentais e assuntos técnicos. No entanto, percebe-se que ainda reportam a ATER responsabilidades para além da assessoria técnica, agregando nestes, papéis relacionados às entidade, ao poder público e à eles próprios, no sentido da organização da cadeia produtiva.

#### 4. Referências

AGUILAR, Cristian Jair Paredes; SHIKIDA, Pery Francisco Assis; LOBO, Débora da Silva. Logística de exportação de grãos do oeste do Paraná: perspectivas e potencialidades. **Planejamento e Políticas Públicas**. n 51. Jul./dez. 2018.

CENTRO DE APOIO E PROMOÇÃO DA AGROECOLOGIA – **CAPA**. História. Disponível em: <http://www.capa.org.br/page/historia/>. Acesso em: 07 de fevereiro 2019.

COOPERATIVA DE TRABALHO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DO PARANÁ – **BIOLABORE**. Disponível em: <http://BIOLABORE.org/site/> Acesso em: 10 de fevereiro 2019.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos de. Agroecologia por contrato, é possível? **Revista NERA**. Presidente Prudente. Ano 20. Nº 37. p. 105-128. Maio-agosto/2017.

INSTITUTO PARANAENSE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL – EMATER. **Histórico da extensão rural oficial – uma história de compromisso com a agricultura do Paraná**. Disponível em: <http://www.EMATER.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=43>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2019.

ITAIPU BINACIONAL. **Cultivando água boa**. Disponível em: <https://www.itaipu.gov.br/meioambiente/cultivando-agua-boa>. Acesso em: 07 de fevereiro de 2019.

MARTINS, José de Souza. **A reforma agrária no segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso**. Tempo Social. Vol. 15. Nº 2. São Paulo. 2003.

MATTIA, Vinicius. **Extensão e desenvolvimento rural sustentável na bacia do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural Sustentável). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Marechal Cândido Rondon – PR

MINAYO, Maria Cecília Souza. (org.) **Pesquisa social: Teoria, métodos e criatividade**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA e ABASTECIMENTO - MAPA. **Cadastro Nacional de Agricultores Orgânicos**. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/orgânicos/cadastro-nacional-produtores-organicos>. Acesso em: 08 de fevereiro de 2019.

\_\_\_\_\_. **Instrução Normativa nº46 de de 2011** (produção vegetal e animal) regulada pela IN 17-2014. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/sustentabilidade/>

organicos/legislacao/portugues/instrucao-normativa-no-46-de-06-de-outubro-de-2011-produc-ao-vegetal-e-animal-regulada-pela-in-17-2014.pdf/view. Acesso em: 24 de março de 2019.

MOZOYER, Marcel e ROUDART, Laurence. **História das agriculturas do mundo**. Lisboa. Instituto Piaget. 1998. 501p.

NEGE, Kassem Kalife Nege. et. al. Incidência de cânceres e o uso de agrotóxicos na região oeste do Paraná. **Revista Brasileira de Engenharia e Sustentabilidade**. Pelotas – RS. V.2. n. 2 p. 11 – 16. Dez. 2016.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SCHADEM, Egon. **Aspectos fundamentais da cultura guarani**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia e Letras. São Paulo. 1954. 232p.